

**CLIPPING IMPRESSO**

**07/04/2022**



# INDICE

---

1. JORNAL ATOS E FATOS	
1.1. CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS.....	1
2. JORNAL O DEBATE	
2.1. DESEMBARGADOR.....	2
3. JORNAL O PROGRESSO	
3.1. AÇÕES TJMA.....	3 - 4

## **Equatorial Maranhão participa do Mutirão de Conciliação**

*Em parceria com o Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), a Equatorial Maranhão participa do Mutirão de Conciliação, que oferece condições exclusivas para a renegociação de dívidas. A distribuidora contará com um stand, das 8h às 17h, durante toda esta semana, até o dia 8 de abril, no Fórum Desembargador Sarney Costa, no Calhau, para negociações com clientes da classe residencial que estão em débitos com a companhia. Para participar, basta comparecer com RG, CPF e comprovante de residência.*

*A líder jurídica da Equatorial Maranhão, Amanda Castro, pontua: “A Equatorial Maranhão traz mais uma oportunidade de negociar os débitos de clientes residenciais. São condições especiais para que todos possam ficar em dia e continuar usufruindo do fornecimento de energia. Essa campanha em parceria com o Tribunal de Justiça do Maranhão tem como objetivo resolver de forma rápida e eficiente os problemas dos consumidores maranhenses”.*

*Além do Mutirão de Conciliação, a Equatorial Maranhão oferece a possibilidade para os clientes parcelarem seus débitos ou realizarem o pagamento de suas faturas com cartão de crédito através do site [www.equatorialenergia.com.br](http://www.equatorialenergia.com.br). O titular da conta também pode buscar um dos pontos de atendimento presencial da Equatorial Maranhão para realizar sua negociação, ou ainda através da Central 116 e a Central de negociações da Equatorial através do número 0800 098 2997.*

# Corregedoria Nacional de Justiça aponta melhoria da gestão da CGJ-MA

Foram divulgados os resultados da Inspeção Ordinária da Corregedoria Nacional de Justiça na Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão (CGJ-MA), realizada de 8 a 12 de novembro de 2021. O relatório da equipe de inspeção registra, com destaque, que houve “significativa melhoria na gestão da Corregedoria”, “de forma estrutural e mediante organização dos trabalhos implementados pelo atual corregedor”, desembargador Paulo Velten (20/22).

O relatório de inspeção mostra, por meio de tabelas e gráficos, o levantamento da situação dos setores judiciais e administrativos, da organização dos serviços e métodos

de trabalho; administração dos processos administrativos e disciplinares, cumprimento de normas, controle da produtividade dos magistrados e atendimento às partes e advogados.

A Corregedoria Nacional analisou, por amostragem, onze processos em tramitação no órgão corregedor e registrou não ter encontrado, quanto ao aspecto formal dos autos, “a presença de irregularidades grave”, nem a ocorrência de “prática indevida ou atentatória aos deveres impostos aos magistrados ou mesmo à dignidade da Justiça”. De outro lado, registrou que “a divisão de tarefas na unidade aparenta ser

bem definida entre os juízes (auxiliares), coordenadores, assessores e servidores”.

## FLUXO PROCESSUAL

Segundo o relatório da inspeção, nos 12 meses anteriores ao período avaliado, foram atuados 10.762 processos (10.228 no sistema Digidoc e 534 no sistema PJe) na Corregedoria do Judiciário maranhense. Dentre os processos em tramitação naquele período, 11.343 foram apreciados e baixados definitivamente; 4.676 tiveram decisões judiciais, 2.909 foram suspensos; 2.923 foram retomados e 23 remetidos para o colegiado do Tribunal de Justiça do Maranhão para julgamento.

Dentre os procedimentos disciplinares contra juízes, 120 processos foram distribuídos junto à Corregedoria maranhense nos últimos 12 meses, sendo 46 reclamações disciplinares (38 julgados e 7 conclusos para decisão) e 74 pedidos de providências (59 julgados e 10 conclusos). Os processos contra servidores foram 153 (76 julgados, 24 conclusos para decisão, 42 sobrestados e cinco paralisados há mais de 100 dias). Já os delegatários dos cartórios foram alvo de 450 processos disciplinares distribuídos, sendo julgados 387, conclusos 24 para decisão e 39 sobrestados e 4 paralisados há mais de 100 dias.

# Comitê de Diversidade promove eventos em alusão a datas antidiscriminatórias

*Atividades foram realizadas em escolas públicas como parte da programação do Bicentenário da escritora maranhense Maria Firmina dos Reis*

Parcerias com instituições de ensino da rede estadual de ensino e o Instituto Federal do Maranhão (IFMA) viabilizaram atividades realizadas pelo Comitê de Diversidade do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), no mês de março, que tiveram como temática o fortalecimento de ações antidiscriminatórias na garantia dos direitos humanos a partir de datas alusivas.

Datas como 21 de março (Dia Internacional de Luta pela Eliminação da Discriminação Racial) e 25 de março (Dia Internacional em Memória das Vítimas da Escravidão e do Tráfico Transatlântico de Escravos) foram lembradas durante a programação do Bicentenário da escritora maranhense Maria Firmina dos Reis, evento organizado pelo Comitê de Diversidade e pelo Museu do TJMA “Desembargador Lauro de Berredo Martins”.

O coordenador do Comitê de Diversidade do TJMA, juiz Marco Adriano Ramos Fonsêca, ressalta que as datas reforçam a luta contra a discriminação e trazem reflexões sobre o racismo. “É um orgulho visibilizar a trajetória de uma maranhense tão significativa para todos nós e que merece a celebração de sua memória”, afirmou.

## **DIA INTERNACIONAL DE LUTA CONTRA A DISCRIMINAÇÃO RACIAL**

No Dia Internacional de Luta Contra a Discriminação Racial (21 de março), foi realizada a entrega das cartilhas AGÓ YAGÓ OLOKU: Teorias e metodologias motivacionais para o ensino da História africana e afro-brasileira, no IFMA Campus Pedreiras. O intuito do TJMA foi ampliar o combate à discriminação e o preconceito por meio da impressão da publicação, ampliando a distribuição do material para 12 secretarias de Educação do município de Pedreiras e do entorno.

O projeto, que traz questões étnico-raciais e as relações de gênero na escola, foi coordenado pela professora e Doutoranda em História, Nila Michele Bastos Santos, com a participação de estudantes da instituição, que também colaboraram na produção da Caixa do Laboratório de Estudos de Gênero do Instituto Federal (LEGIP), com foco na igualdade de gêneros. As publicações tiveram ainda o apoio da chefe de Relações Institucionais e de Extensão da instituição, a professora Andréa Cristina Pereira Serrão.

“Esse trabalho é fruto de anos de uma pesquisa iniciada em 2018”, esclareceu Nila Santos, ao lembrar do processo de estudo com os alunos e alunas, que resultou nas 10 metodologias apresentadas na cartilha com abrangência para o ensino Fundamental e ensino Médio.

O evento contou com a presença dos representantes do

Comitê, juiz Marco Adriano Ramos Fonsêca (Coordenador), Elaile Silva Carvalho (Coordenadora Adjunta) e das servidoras do TJMA, Joelma Nascimento e Joseane Cantanhede.

A magistrada Elaile Carvalho destacou a importância do diálogo e das parcerias para a efetivação de ações antidiscriminatórias, observando que há pouco tempo não era comum ter as escolas como espaços para diálogo sobre o racismo e a diversidade de uma forma geral.

Para o diretor-geral do IFMA Campus Pedreiras, José Cardoso, a cartilha leva a estudantes e a sociedade o reconhecimento da etnia africana. “A educação de qualidade perpassa por esse reconhecimento e não pode ficar presa ao academicismo do conteúdo programático”, argumentou o gestor, parabenizando o TJMA pelo protagonismo contra a violência de gênero e o racismo.

## **DIA INTERNACIONAL EM MEMÓRIA DAS VÍTIMAS DA ESCRAVIDÃO E DO TRÁFICO TRANSATLÂNTICO DE PESSOAS**

Em memória das mais de 15 milhões de vítimas escravizadas pelo tráfico transatlântico de pessoas, o Comitê de Diversidade realizou apresentações do espetáculo “Maria Firmina dos Reis - Uma voz além do tempo”, com a atriz e pesquisadora maranhense Júlia Martins, no IFMA Maracanã e no Centro de Ensino de Tempo

Integral Dorilene Silva Castro, no bairro do Coroadinho.

O espetáculo faz parte do Bicentenário de Maria Firmina dos Reis, organizado pelo TJMA, por meio do Comitê de Diversidade e Museu do TJMA em homenagem à mulher negra e abolicionista que criou a primeira escola mista no Brasil.

## **APRESENTAÇÕES**

No dia 24 de março, estudantes, professores, professoras, gestores e gestoras do IFMA Maracanã assistiram ao monólogo sobre a vida da escritora maranhense Maria Firmina dos Reis.

A ida ao Campus Maracanã foi articulada pela Diretoria de Desenvolvimento Educacional (DDE), pelo Departamento de Assuntos Estudantis (DEAE) e pelo Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (Neabi).

Para os alunos e alunas foi uma oportunidade para conhecer a história de Maria Firmina e sua importância para o Maranhão e o Brasil. “Achei muito importante o espetáculo, não conhecia a escritora. Gostei de saber que ela era maranhense e fez muito bem às mulheres”, declarou a aluna Leila Diniz, referindo-se à trajetória da escritora.

No dia 30 de março, a agenda do espetáculo e a interação cultural com debate sobre a importância de ações antidiscriminatórias foram no Centro de Ensino de Tempo Integral Do-

rilene Silva Castro, onde o público interagiu com a atriz sobre a realidade de preconceito e discriminação enfrentada no dia a dia.

Para o professor de Português, Eduardo Costa, a apresentação trouxe provocação e reflexão. “Para quem acompanha a arte teatral, há muito tempo não se via algo tão vivo. E que privilégio o Centro Educa Mais Dorilene Silva Castro teve na manhã de 30 de março de 2022.

Cada palavra proferida pela alma da atriz Júlia Martins representou o que foi a grande romancista maranhense e, mui-

to mais, o que é ser negro na sociedade”, opinou.

Para ele, quem assistiu atentamente à apresentação, as palavras ecoarão com força a partir das trajetórias das duas mulheres (Maria e Júlia), que devem ser contadas para todas as pessoas, sobretudo, as que ainda acreditam que as pessoas negras não sofrem com o racismo. “Por fim, fica aqui o mesmo questionamento que soou como um mantra no momento da encenação: Qual é a tua escravidão?”, questionou Eduardo. *(Agência TJMA de Notícias)*



Ascom/TJMA

**Projeto trouxe questões étnico-raciais e as relações de gênero na escola**